

**Relatório referente à participação na 57ª. CSW - Comissão sobre a situação das Mulheres realizada de 04 a 15 de março de 2013, em New York, EUA.**

**Participação da Secretária Executiva – Lourdes Bandeira, chefe da Delegação Brasileira.**

**Relação dos Membros que integraram a Delegação Brasileira**

- Regina Dunlop, Chargé d'Affaires - Representante Permanente Alternativa, Embaixadora do Brasil;
- Bruno Santos de Oliveira - Secretário da Missão do Brasil em New York;
- Adriana Telles Ribeiro - Secretária Missão do Brasil em New York;
- Luciane Bortoleto - Juíza do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;
- Janaína Lima Penalva da Silva – representante do Conselho Nacional de Justiça;
- Anderson Candioto - Juiz do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso;
- Silvia Sette Whitaker Ferreira - Assessora Internacional da SPM;
- Dirceu Bartolomeu Greco – o Diretor do Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais, do Ministério da Saúde;
- Beatriz Cruz da Silva a Coordenadora Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública
- Regina Maria Filomena de Luca Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública Ministério da Justiça;
- Maria Angélica Breda Fontão - Assessora Técnica da SPM;
- Edegar Pretto – Coordenador da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Deputado Estadual;
- Jacqueline Pitanguy de Romani – integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher/SPM;
- Gláucia de Fátima Barban Morelli - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

**Representantes da sociedade**

- Telia Negrão Tonhozi (Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos)
- Alessandra Cabral dos Santos Nilo – ONG Gestos - Soropositividade, Comunicação e Gênero.

**Programação seguida durante o referido período, assim como as demais participações em atividades paralelas e demais eventos.**

**Dia 04/03/2013**

**8h00-9h30** – Reunião para apresentação dos membros da Delegação Brasileira [incluindo as representantes do Movimento Social] na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, com a presença da Sra. Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop, do diplomata Bruno Santos de Oliveira negociador oficial pela Missão e da assistente Srta. Graziene Carneiro de Souza.

**10h00 – 13h00** -Abertura oficial da 57<sup>a</sup>. sessão da CSW, com a aprovação da ordem do dia. Sessão de exposição das especialistas sobre o tema: *Combate à todas as formas de violência sobre as mulheres*. Contou com a exposição da Sra. Michelle Bachelet, Diretora Executiva da ONU-MULHER.

**11h00 – 12h00** - Encontro paralelo com a Secretária e demais membros da delegação do Irã – Republica Islâmica. Sra. Maryan Mojtahedzadeh Larijani. Foram tratadas possibilidades de intercâmbio e de cooperação multilateral.(presença da Sra. Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop, e da Ass. Internacional Silvia Whitaker).

**15h00 –18h00** Participação da Mesa de Alto nível “A” sobre o tema prioritário *Eliminação e prevenção de todas as formas de violência contra as mulheres e meninas*. Fala de 3 minutos.

**18h30 – 19h40** Participação na recepção de boas-vindas oferecida pela Missão da Nova Zelândia, Libéria e Brasil, presentes na 57<sup>a</sup>. CSW. Fala de apresentação do Brasil pela Chefe da Delegação. Presença da Sra. Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop, e da Ass. Internacional Silvia Whitaker, do diplomata Bruno Santos de Oliveira e da Adriana Telles Ribeiro).

**19h50** – Coquetel na Casa do Embaixador do Chile, acompanhada pela Sra. Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop e assessora Silvia Whitaker.

**20h00 –22h00**. Participação no Jantar oferecido pela Secretária –Geral Alterna do Conselho Europeu, Gabriela Battaini-Dragoni, no qual compareceu a representante da Delegação Brasileira , Sra. Beatriz Cruz, da SENASP, onde foi discutida a Convenção de Istambul

### **Dia 05/03/2013**

**8h00-9h30** – Reunião dos membros da Delegação Brasileira [incluindo as representantes do Movimento Social] na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

**10h00 – 13h00** Continuação do debate Geral da 57<sup>a</sup>. sessão da CSW.

**11h00** – Encontro paralelo com a Secretária Nacional de Assuntos de Gênero de Portugal, Sra. Teresa Morais. Tratou-se dos assuntos referentes às negociações na CSW, assim como da próxima Reunião de Ministros da Igualdade de Gênero da Comunidade de Países de Língua Portuguesa-CPLP a ser realizada em MAPUTO, Moçambique, com a participação dos 12 países membros da CPLP, na qual a Sra. Morais propõe que se discuta o lançamento de uma Campanha internacional de combate a violência e ao tráfico de pessoas (presença da Sra. Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop, e da Ass. Internacional Silvia Whitaker).

**15h00 – 18h00** Participação com uma fala de 3 minutos no Painel 1: *Eliminação e Prevenção de todas as formas de violência contra mulheres e meninas, com foco na Prevenção da violência contra a mulher*.

**18h30 – 20h00** Recepção oferecida pela Diretora executiva da ONU, Michelle Bachelet, aos países que fazem parte do COMMIT - Commit to End Violence Against Women Event, na Missão Permanente da Alemanha.

### **Dia 06/03/2013**

**10h00 – 13h00** Continuação do debate Geral da 57<sup>a</sup>. sessão da CSW.

**12h45** – Fala oficial da Delegação Brasileira (de 5 minutos) realizada pela chefe da Delegação, Secretária Lourdes Bandeira. (**conteúdo em anexo**)

**13H00 – 15H00.** Observadora no Painel preparatório para 2014. *Desafios e conquistas na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* para mulheres e crianças (Foi nos demandada uma participação, que não houve).

**14h00 – 14h45** Encontro paralelo com a Chefa da Delegação do Reino Unido, Subsecretária de Estado para Desenvolvimento Internacional, Sra. Lyne Featherstone. Diálogo sobre as possíveis decisões para o relatório da CSW. (presença da Sra. Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop, e da Ass. Internacional Silvia Whitaker).

**15h00 – 18h00** Participação no Painel 2 – *Eliminação e prevenção de todas as formas de violência contra as mulheres e meninas, com foco em serviços multissetoriais e respostas à violência contra as mulheres e meninas*. Participação com uma fala de 3 minutos pela Sra. Luciane Bortoleto, Juíza de Direito do Tribunal do Estado do Mato Grosso, membro da delegação oficial.

**16h30 – 17h00** Encontro com o chefe da Delegação da Dinamarca, Ministro da Igualdade de Gênero e Assuntos Eclesiásticos, Sr. Manu Sareen. Conversamos sobre as posições dos respectivos países em relação aos temas polêmicos do Relatório. (presença da Sra. Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop, e da Ass. Internacional Silvia Whitaker).

**19h00** – Coquetel na Casa da Embaixadora da Argentina, acompanhada pela Sra. Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop e assessora Silvia Whitaker.

### **Dia 07/03/2013**

**8h00-9h30** – Reunião dos membros da Delegação Brasileira [incluindo as representantes do Movimento Social] na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas para avaliação das participações, atividades e demais negociações.

**10h00 – 13h00** Continuação do debate Geral da 57<sup>a</sup>. sessão da CSW.

**15h00 – 18h00** Participação como observadora no Painel sobre questões de Igualdade de Gênero que devem estar refletidas na Agenda do Desenvolvimento no pós-2015. (Foi nos demandada uma participação, que não houve).

**Dia 08/03/2013**

**8h00-9h30** – Reunião dos membros da Delegação Brasileira [incluindo as representantes do Movimento Social] na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas para avaliação e continuidade da participação da Delegação.

**10h00 – 12h00** Comemoração Oficial do Dia Internacional da Mulher, na sede das Nações Unidas.

**13h30** Almoço comemorativo oferecido pela Sra Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop para toda a delegação Brasileira.

**16h00** Reunião na Missão Brasileira, na qual a Delegação convidava as representações dos países parceiros da América Latina, com o objetivo de mantermos um diálogo de cooperação e de integração, com vistas a ter como base de nossas participações os documentos: Consenso de Brasília e A Declaração de El Salvador. Desse encontro participaram as seguintes representações: Argentina, México, Uruguai, Guatemala, El Salvador, Peru, Costa Rica, República Dominicana, Colômbia e Brasil, em um total de 10 países. Vários “acordos” foram acertados sobre a pauta mais polêmica que envolvia: feminicídio/femicídio; família(s) envolvendo grupos familiares (famílias homossexuais e transgêneros); direitos sexuais e direitos reprodutivos; relação íntima (intimate partner); soberania nacional(*parágrafo 12 quin*, que envolvia os referentes nacionais sobre cultura, tradição e religião); relação entre HIV-AIDs e violência; tráfico de mulheres e drogas. Ficou proposto que além dos documentos regionais estaríamos de acordo como o mínimo a linguagem acordada em Cairo, Beijing e os demais acordos já estabelecidos, internacionalmente.

Nos dias 9/3 (sábado) e 10/3 (domingo) não teve nenhuma atividade.

**Dia 11/03/2013**

**10h00 – 13h00** Continuação do debate Geral da 57<sup>a</sup>. sessão da CSW.

**18h00** A Sra Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop ofereceu um drink para a Delegação Brasileira, em homenagem aos novos colegas que chegaram.

**Dia 12/03/2013**

**8h00- 9h30** Café da manhã na embaixada das Filipinas. Filipinas foi o país indicado como mediador, razão pelo qual convocava um conjunto de países dos mais ‘influentes’ para discutir as questões e pontos que apresentavam posições controversas e complicadas, dentre eles destacou-se:

- A importância de que não seja repetida a experiência da última CSW, de que se chegue a um acordo e tenha um documento de conclusões acordadas da 57<sup>o</sup> CSW;
- Consenso pela manutenção da linguagem já acordada e não retrocesso com relação aos avanços já conquistados em outras conferências e consensos anteriores;
- Que o documento de conclusões acordadas esteja concentrado na temática da eliminação e prevenção de todas as formas de violência contra as mulheres e meninas;
- Pela retirada da proposta de parágrafo “12 quin”, que reafirmava a soberania dos países na implementação das recomendações acordadas no documento. Embora tal conceito estivesse presente na declaração de Cairo, a maior parte dos países, assim como a ONU Mulheres, estavam empenhados em eliminar tal parágrafo, partindo do princípio da universalidade dos direitos humanos;
- A maior parte dos países concordara que não se deveria adotar a proposta de inserir o termo “parceiros íntimos” no documento.

**10h00 – 13h00** participação como observadora do Painel 4 Sobre Avaliação dos progressos na implementação das conclusões de Acordadas na 53<sup>a</sup> CSW sobre “A divisão isonômica de responsabilidades entre homens e mulheres , incluindo o cuidado no contexto do HIV/Aids” com foco em estereótipos e normas de gênero, socialização e relações desiguais de poder; divisão e equilíbrio das responsabilidades profissionais e domésticas. (Foi nos demandada uma participação, que não houve).

**11h30 – 12h00** Encontro com a Sra. Michelle Bachelet, Diretora Executiva da ONU-MULHER. Participou o Deputado estadual pelo RGS Edegar Pretto, o qual lidera a Campanha Homens contra a Violência. O encontro foi bem cordial, e no qual se discutiu a posição do Brasil em relação a proposta do documento final da CSW. A Sra. Bachelet demandou nossa atenção para os eventos esportivos de 2013 e 2014, na prevenção e no combate à violência contra as mulheres e meninas; no combate às desigualdades em relação às mulheres, a nossa participação no encontro de Cairo mais 2020 e Pós 2015 (Objetivos do Milênio – incorporar de maneira mais densa a questão da violência).

**15h00 – 18h00 Continuação da sessão iniciada às 10h00**

Participação na sessão do deputado Edegar Pretto, com uma fala de 3 minutos sobre a Campanha – Homens pelo combate à Violência.

**Dia 13/03/2013**

**10h00 – 13h00** Continuação do debate Geral da 57<sup>a</sup> Sessão da CSW.

**15h00 –18h00** Participa da reunião fechada aos atuais membros da CSW para a consideração do Relatório do GT de Comunicações, que consolidou as comunicações confidenciais de denúncias relativas à violação de direitos das mulheres recebidas pela ONU Mulheres em 2012, sendo que oito delas se originaram de indivíduos ou organizações

do Brasil. Participação da Maria Angélica Breda Fontão com uma fala de 3 minutos (conteúdo em anexo).

**16H00 – 18h00** Participação na 67<sup>A</sup>. Assembléia Geral das Nações Unidas em homenagem ao Comandante Chefe Hugo Chávez Frias, presidente da Venezuela.

**Dia 14/03/2013**

**8h00- 9h30** Café da manhã na embaixada das Filipinas. Participação da tomada de decisão sobre a minuta de Conclusões Acordadas e outros assuntos pendentes.

**Dia 15/03/2013**

**8h00- 9h30** Café da manhã na embaixada das Filipinas (delegada não compareceu)

**10h00 – 12h00** participação da sessão de negociação com as 156 representações presentes dos países membros e das instituições /organizações participantes. Vale lembrar que desde 25/04 – QUINTA

De 09:00 às 10:00

De 10:30 às 11:30

Reunião com a Secretária de Ações Afirmativas da SEPPIR - Senhora Ângela

Pauta: Retomada das ações em parceria com a SPM no âmbito do PNPM

Local: SEPPIR – Bloco A – 9º andar

Reunião com a FUNAI

Pauta: Promotoras Legais Indígenas

Local: FUNAI

participação do negociador oficial, no caso do Brasil era o diplomata Bruno Santos de Oliveira, membro da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

**Observações e sugestões.**

Vale destacar que as reuniões realizadas na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, com os membros da delegação brasileira, sempre contou com a participação da Sra. Embaixadora, Chargée d'Affairs, Regina Maria Cordeiro Dunlop, do diplomata Bruno Santos de Oliveira, cujo apoio e empenho foram excelentes.

Destaco a importância do Brasil nesse evento, considerando que há um protagonismo esperado, por parte de diversos países, sobretudo, da região Sul – Sul, mas também evidenciado por alguns países da União Européia. Considero que esse protagonismo ainda

não está suficientemente avaliado em sua dimensão e potencialidade. Nesse sentido, sugiro que a preparação para a próxima Sessão da CSW, cujo tema será: “Integração de gênero nos Objetivos do Milênio”, seja pensada com muita anterioridade, o que demanda/requer que na Assessoria Internacional haja uma responsável para acompanhar todos os Organismos do Sistema ONU, cuja complexidade é cada vez maior e sobre a qual fomos delicadamente “cobradas”, sobretudo, em relação aos eventos de Cairo + 20 e Pós- 2015.

Observei que é necessário que a Delegação seja composta por componentes que possam permanecer durante todo o período, uma vez que as negociações iniciam desde a chegada das delegações. Há também necessidade de se conhecer as posições prévias de grupos de países, como por exemplo da União Européia, da União Africana, do GT 77 + China e, sobretudo dos países Islâmicos, como também do Vaticano. O diplomata que responde na Missão pode, eventualmente adiantar algumas dessas posições, com certa antecedência, onde se encontram os “rachas” e demais resistências.

Foi na noite de 15/3, por volta das 20h00 que finalmente foi aprovado o documento final. Houve algumas reservas sobretudo, dos países islâmicos e do Vaticano. Antes de concluir a sessão final a Sra. Michelle Bachelet anunciou que seria sua última participação na CSW e sua saída da ONU-MULHER para regressar ao Chile para candidatar-se à presidência.

Por fim acho que a avaliação é positiva, todas as pessoas que participaram dessa Delegação tiveram uma contribuição importante para o êxito da presença do Brasil. Faço um destaque especial para a Conselheira Jacqueline Pitanguy, que embora estivesse como membro da sociedade civil trouxe uma enorme contribuição ao nosso desempenho.

### **ANEXOS:**

#### **1 - Fala oficial da Delegação Brasileira no Debate Geral, realizada pela chefe da Delegação, Secretária Lourdes Bandeira (06/03/2013)**

*Versão em português do discurso distribuído a todas as delegações*

Senhora Presidenta,  
Excelentíssimas senhoras ministras e senhores ministros,  
Senhoras delegadas e senhores delegados,  
Representantes dos movimentos feministas e das organizações de mulheres,

O Brasil participa desta 57ª sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher com uma delegação que inclui representantes da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, mas também dos Ministérios da Justiça, da Saúde e do Trabalho, representantes do Poder Judiciário e de organizações da sociedade civil. Esta representativa delegação é reflexo do trabalho integrado que desenvolvemos e uma demonstração da importância que o Governo e a sociedade brasileira vêm atribuindo às políticas de igualdade e, em particular, às políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres completa este ano 10 anos de existência. Ao longo dessa década, o Brasil vem consolidando um modelo de desenvolvimento nacional que combina crescimento econômico e redução das desigualdades sociais, entre essas a desigualdade racial e de gênero. A redução dessas desigualdades dá-se com base em uma estreita articulação entre o Governo e as redes, movimentos e organizações da sociedade civil.

Nesse contexto, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres foi concebido e lançado a partir de um processo de Conferências Nacionais realizadas em 2004, 2007 e 2011, do qual participaram mais de meio milhão de mulheres.

O Plano Nacional, que integra ações dos diferentes eixos de promoção da igualdade de gênero e envolve todos os setores do Governo, é organizado em dez capítulos, cada um com seus objetivos, linhas de ação e metas concretas. Um deles é dedicado especificamente à questão da eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres. Outro trata da saúde integral das mulheres, seus direitos sexuais e direitos reprodutivos, visando promover a melhoria das condições de vida e de saúde das mulheres em todas as fases do seu ciclo vital. Outro se ocupa da igualdade no mundo do trabalho e da autonomia econômica, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na participação das mulheres no desenvolvimento do país.

As políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres têm como marco legal a lei de 2006 conhecida como "Lei Maria da Penha", do nome da vítima de um caso emblemático de violência conjugal. Para assegurar a aplicação efetiva desta legislação foi estabelecido um Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres que consiste em um acordo entre os diferentes níveis de governo (Governo federal, Estados e Municípios) para estender e consolidar a rede de serviços à disposição das mulheres em situação de violência, garantir sua segurança e acesso à justiça, assegurar seus direitos sexuais e direitos reprodutivos, fazer frente à exploração sexual e ao tráfico de mulheres e apoiar a autonomia das mulheres em situação de violência.

Ao longo dos últimos anos, temos investido grandes esforços na construção deste Pacto Nacional. Hoje contamos com cerca de mil serviços de assistência às mulheres em situação de violência, espalhados por todo o território nacional.

As políticas de enfrentamento à violência devem ser suficientemente amplas para apoiarem as mulheres em sua diversidade, como as mulheres lésbicas, transexuais, afrodescendentes, indígenas, mulheres rurais e mulheres urbanas, mulheres da terceira idade, mulheres com deficiências.

Um acordo de cooperação técnica assinado recentemente entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Ministério da Previdência Social e o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) deverá alavancar a identificação dos casos que envolvam violência doméstica contra a mulher para implementar um mecanismo que obrigue o agressor a ressarcir aos cofres públicos os valores pagos pelo INSS à vítima a título de benefícios previdenciários e assistenciais.



Outra medida recente consiste no lançamento, em fevereiro, do II Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, elaborado com intensa participação da sociedade e monitorado por uma Comissão Tripartite integrada pelo Ministério da Justiça, a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria de Políticas para Mulheres, com vistas à integração e consolidação das políticas públicas e dos serviços multi-setoriais. A rede inclui cerca de 30 Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, estabelecidos em locais de grande circulação, como portos, aeroportos e rodoviárias, e tem como objetivo prestar apoio às vítimas. Entre as metas desse II Plano destacam-se a criação de mais dez postos de atendimento em cidades de fronteira, o reforço da legislação penal e a capacitação de 400 agentes policiais.

Outra ação de destaque, no enfrentamento à violência contra as mulheres é a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, serviço telefônico acessível 24 horas por dia, concebido para colher denúncias e orientar as mulheres sobre seus direitos e sobre os serviços a que podem recorrer em casos de violência. Desde sua criação em 2005 o serviço já recebeu mais de três milhões de ligações. Somente em 2012 foram 732.468 registros, uma média de 2.000 atendimentos por dia.

A partir de novembro de 2011 o Ligue 180 foi ampliado para além do território nacional e passou a atender as brasileiras na Itália, Portugal e Espanha com vistas a diminuir a vulnerabilidade das brasileiras migrantes por falta de informação. A efetividade desse serviço já está sendo comprovada: as denúncias recebidas pelo Ligue 180 internacional ajudaram a Polícia Federal a desvendar casos de tráfico de mulheres. O serviço será em breve estendido a migrantes brasileiras em outros países.

Trabalhamos igualmente com nossos vizinhos, bilateralmente e no contexto do Mercosul, numa perspectiva de integração das redes de serviços e de unificação dos conceitos e padrões de assistência às mulheres em situação de violência, em particular nas regiões de fronteira entre o Brasil e a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela.

A partir deste ano o Brasil será sede de grandes eventos – Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas e Paraolimpíadas (2016) – e, desde já, o Governo Brasileiro está elaborando medidas para enfrentar um possível aumento da violência contra as mulheres, em especial a exploração e violência sexuais. Um Grupo de Trabalho Interministerial, coordenado pelas Secretarias de Políticas para Mulheres e de Direitos Humanos, foi estabelecido e um Secretariado Especial de Segurança para os grandes eventos foi instituído no Ministério da Justiça.

Estas são algumas das medidas - infelizmente não posso me estender nos exemplos em razão do tempo que me é concedido para esta intervenção - que integram a estratégia de enfrentamento à violência contra as mulheres que é hoje, no Brasil, uma política de Estado.

Estamos convencidos de que não haverá resposta eficaz e sustentável a esse desafio que não leve em consideração todos seus aspectos, notadamente:

- a necessidade de um debate internacional amplo sobre o estabelecimento de uma rede de segurança e proteção para as mulheres em situação de violência que seja composta pelos Estados e pela sociedade e que inclua as mulheres em toda sua diversidade;

- a necessidade de se avançar na construção de indicadores nacionais e internacionais de violência contra as mulheres;
- a necessidade de se avançar na adoção de legislações nacionais e internacionais que tratem de violência contra as mulheres e do feminicídio e no desenvolvimento de ações específicas de enfrentamento ao tráfico de mulheres com base no respeito aos direitos fundamentais das mulheres;
- a relação entre a violência contra as mulheres e a disseminação do HIV/Aids e a necessidade de prover à saúde integral das mulheres com base no respeito de seus direitos sexuais e direitos reprodutivos;
- a necessidade de se fortalecer os mecanismos governamentais de políticas para as mulheres e de que sejam implementadas políticas para as mulheres em todas as áreas, em especial na educação para a igualdade e cidadania.

Sabemos que os acordos e instrumentos internacionais são oportunidades importantes para fortalecermos as políticas de igualdade também em nossos países. Não podemos retroceder nesse caminho. Temos certeza que o documento que será aprovado nesta 57ª sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher contribuirá significativamente para o aprofundamento dessa agenda em todo o mundo.

Muito obrigada.

Lourdes Bandeira, Secretária Executiva da Secretaria de Políticas para as Mulheres

*Discurso efetivamente proferido, em francês*

Madame la Présidente

Le Brésil prend part à cette session de la Commission de la condition de la femme avec une délégation composée de représentants du Secrétariat de Politiques pour les Femmes de la Présidence de la République, de différents Ministères, du Pouvoir Judiciaire et de la société civile. Cette diversité est le reflet de notre travail intégré dans ce domaine, et de l'importance que le Gouvernement et la société accordent aux politiques de prévention et élimination de la violence à l'égard des femmes.

Le Brésil a mis en œuvre un modèle de développement qui combine croissance économique et réduction des inégalités sociales, et qui s'appuie, pour cela, sur une articulation étroite entre le gouvernement et la société civile.

Le Gouvernement travaille en accord avec le Plan National de Politiques pour les Femmes, conçu et mis à jour par un processus de Conférences nationales, auquel ont pris part plus d'un demi million de femmes.

Ce Plan National a trait à tous les secteurs du Gouvernement. Un de ses chapitres est consacré spécifiquement à l'élimination de toutes les formes de violence à l'égard des femmes.

Les politiques pour faire face à la violence à l'égard des femmes ont pour cadre légal la loi de 2006 connue comme « Loi Maria da Penha », du nom d'une victime emblématique de violence conjugale. Pour assurer l'application de cette législation a été établi un Pacte National, qui consiste en un accord entre les gouvernements des différents niveaux pour étendre et consolider le réseau de services à la disposition des victimes de violence, assurer la sécurité et l'accès à la justice, faire face à l'exploitation sexuelle et à la traite de femmes, et soutenir l'autonomie de ces femmes.

Nous comptons aujourd'hui près de mille services d'assistance aux femmes en situation de violence, disséminés dans tout le pays.

Les politiques pour faire face à la violence doivent avoir suffisamment d'ampleur pour soutenir les femmes dans toute leur diversité, y compris les femmes lesbiennes, transsexuelles, afrodescendantes et indigènes, des milieux ruraux et urbains, les femmes âgées, les handicapées.

Une des actions importantes dans le contexte de la lutte contre la violence à l'égard des femmes est la permanence téléphonique accessible 24 heures sur 24 « numéro 180 », conçue pour écouter et renseigner les femmes sur leurs droits et les services auxquels elles peuvent avoir recours. Depuis sa création, en 2006, le service a reçu plus de trois millions d'appels.

A partir de 2011 ce service a été étendu au-delà du territoire national et est accessible aux brésiliennes qui se trouvent dans certains autres pays. Son utilité se fait déjà sentir : les dénonciations reçues ont mené la Police à agir dans des cas de traite de femmes.

Nous travaillons également avec nos voisins, dans le cadre du Mercosud, pour l'intégration des réseaux de services et pour l'unification des standards d'assistance aux femmes en situation de violence, en particulier dans les régions de frontière.

Cette année et les prochaines, le Brésil sera siège de grands rendez-vous sportifs: la Coupe des Confédérations, la Coupe du Monde, les Jeux Olympiques et Paralympiques. Nous travaillons déjà aux mesures à prendre pour faire face à la possible augmentation de la violence sexuelle qui pourrait avoir lieu à ces occasions.

Voilà donc quelques unes des mesures qui intègrent la stratégie de lutte contre la violence à l'égard des femmes, qui est aujourd'hui, au Brésil, une politique d'État.

Nous sommes persuadés qu'il n'est pas de réponse effective et soutenable à ce défi sans prendre en compte tous ses aspects, et notamment :

- la nécessité d'établissement d'un réseau de sécurité et protection pour les femmes atteintes par la violence qui soit intégré par les Etats et la société;
- la nécessité de progresser dans la collecte de données et l'établissement d'indicateurs nationaux et internationaux de violence à l'égard des femmes ;
- la nécessité de développer le cadre juridique mondial sur la violence à l'égard des femmes, et de mettre en place des mesures spécifiques pour faire face au problème de la traite de femmes, sur la base du respect de leurs droits fondamentaux ;
- le rapport entre la violence à l'égard des femmes et la dissémination du VIH-Sida, et la nécessité de garantir la santé intégrale des femmes, leurs droits sexuels et leurs droits reproductifs ;
- la nécessité de renforcer les institutions et mécanismes gouvernementaux de politiques pour les femmes dans tous les domaines.

Nous savons que les instruments internationaux constituent des opportunités importantes pour renforcer les politiques d'égalité dans nos pays. Nous ne pouvons pas reculer. Nous avons confiance que le document concerté qui sera adopté ici apportera une contribution significative à cet effet, au bénéfice des femmes du monde entier.

Merci beaucoup.

## **2. Palavras da Chefe da Delegação Brasileira, Lourdes Bandeira, na recepção oferecida às delegações na Missão da Nova Zelândia – 4/3/13**

É um prazer e uma honra cumprimentar aos membros dos diversos países aqui representados, em nome da Ministra Eleonora Menicucci, unidos pelo compromisso comum ao combate as causas das desigualdade entre homens e mulheres geradoras das mais diversas práticas/expressões de violência contra as mulheres.

Falo em nome da Ministra Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Brasil, Eleonora Menicucci, que não pôde estar presente neste evento em razão, justamente, da importância estar no Brasil por ocasião das comemorações do Dia da Mulher, quando serão anunciadas, pela Presidenta Dilma Rousseff, algumas medidas inovadoras para o enfrentamento da violência contra a mulher.

A partir de 2003, com a criação da Secretaria de Política para as mulheres - que completa uma década - o país vem consolidando uma agenda de desenvolvimento uma agenda de promoção do desenvolvimento nacional que combina o crescimento econômico com a redução das desigualdades sociais, a desigualdade racial e de gênero, mas sobretudo, a erradicação da violência contra as mulheres.

No Brasil foi implementado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com um capítulo dedicado ao enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres. Elaborado com a participação expressiva, do movimento social, das organizações feministas e de mulheres, é o que dá às políticas públicas força, legitimidade, efetividade.

Em 2006 foi promulgada a Lei Maria da Penha de combate violência contra a mulher, centrada na definição proposta na Convenção de Belém do Para, 1994. Trouxe novos instrumentos ao enfrentamento à violência contra a mulher possibilitando maior rigor no tratamento a violência de gênero, como as medidas protetivas de urgência e a criação dos juzizados especializados, articulando ações de prevenção, de proteção e de repressão.

O enfrentamento à violência contra as mulheres, no Brasil, envolve todos os poderes da República e é objeto de ação interministerial e interinstitucional.

Para isso, acreditamos que não podem faltar, no tratamento dessa questão:

- a importância do fortalecimento das estruturas do Estado e o papel estratégico que têm desempenhado os mecanismos para o avanço da mulher;
- o compromisso redobrado de enfrentamento à violência que sofrem as mulheres em razão de discriminação racial e étnica, assim como as lésbicas e transexuais;
- a importância de que sejam efetivamente implementados tanto o Plano de Ação de Beijing quanto o Programa de Ação de Cairo
- que sejam implementados plenamente os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres
- o enfrentamento da extrema pobreza e a necessidade de se criar instrumentos que assegurem a autonomia econômica das mulheres, condição essencial para que possam superar as situações de violência
- o enfrentamento conjunto e urgente do grave problema do tráfico de mulheres.

Concordamos com o que disse hoje a Sra. Michelle Bachelet: temos o dever, perante todas aquelas mulheres que todo dia, no mundo todo, são vítimas de violência por serem mulheres, de chegarmos ao fim desta sessão com um documento consensuado que possa orientar a ação dos governos e todos os envolvidos para superarmos, o quanto antes, o flagelo da violência contra as mulheres.

Concluo dizendo que estamos muito felizes com esta oportunidade de, ao longo das próximas duas semanas, discutir, conhecer, intercambiar, trabalhar juntos para esse objetivo que nos une.

### **3 - Considerações da delegação brasileira a reunião fechada sobre o relatório do Grupo de Trabalho de Comunicações (13/03/2013)**

Señora Prresidenta,

Estimadas señoras y señores,

Brasil reconoce en su Constitución nacional la importancia de las convenciones y normativas internacionales para la garantía de los derechos humanos y valora los organismos y instrumentos que fueron creados en los niveles internacional y regional para la promoción y monitoreo de estos derechos universales. Reconoce, aún, que dichos instrumentos tuvieron un rol importante en muchos procesos nacionales que generaron avances en materia de empoderamiento de las mujeres, de promoción de la igualdad de género y de eliminación de la violencia contra las mujeres.

En este sentido, hemos considerado la lista de comunicaciones confidenciales y reconocemos los grandes desafíos que aún están presentados al Estado brasileño para la consolidación de una sociedad con igualdad de género y libre de violencia.

Reafirmamos en esta oportunidad nuestro fuerte compromiso en profundizar la implementación de políticas públicas para enfrentar todas las formas de violencia contra las mujeres, el que fue expreso en este último 8 de marzo como tema prioritario por la Presidenta de la República, así como por gobiernos locales y por los poderes judicial y legislativo de nuestro país. Esto se puede observar en la composición de nuestra delegación en esta 57° CSW, la que está conformada tanto por representantes del poder ejecutivo nacional como del judicial de algunos Estados y del legislativo. Además de eso, nos complace anunciar que hoy la Presidenta Dilma Rousseff de Brasil lanzó un programa el programa “Mujer: Vivir sin violencia”, el que refuerza el Pacto Nacional por el Enfrentamiento a la Violencia contra las Mujeres, crea centros integrados y multisectoriales de atención a las mujeres y servicios especializados las fronteras secas, fortaleciendo las respuestas del Estado a la violencia de género.

Señora Presidenta,

Apoyamos el relatório elaborado por el Grupo de Trabajo de Comunicaciones sobre la Situación de las Mujeres, pero consideramos importante visibilizar dos graves aspectos de la violencia de género que no fueron incluidos en las categorías presentadas en el relatório, pero que lamentablemente son aún frecuentes en nuestro país y en todo el mundo. Nos sorprende el hecho de que dichas categorías fueron reportadas a la Comisión por personas y instituciones de distintas regiones del mundo y no fueron incluidas el reporte. Me refiero al crime de feminicidio y a la violencia por orientación sexual y identidad de género.

Como es compartido por el grupo de países latinoamericanos, nos preocupa la creciente cantidad de relatos de muertes violentas basadas en género, que en algunos países de nuestra región se ha reconocido criminalmente sea como feminicidio o como femicidio. Dichos asesinatos de mujeres suelen caracterizarse por elementos de extrema crueldad y misoginia y están orientados hacia las mujeres por su condición de género.

Tampoco están incluidas en el relatório las referencias de violencia contra mujeres lesbianas y otras del grupo de LGBT's. En esos crimines se interseccionan características

de las discriminaciones de género a otras que están vinculadas a orientación sexual y tienen fuerte característica de odio, intolerancia y crueldad.

Esperamos que esos elementos sean considerados por la relatoria del Grupo de Trabajo de forma a ser visibilizados por esa Comisión de la Situación de la Mujer como graves problemas que necesitan respuestas efectivas de los países que la integran.

Apresentação da Juíza –Luciane Bertolo

Apresentação do Deputado pelo RGS – Edegar Pretto.